



Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2026, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ALTO SANTO** e o **Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN**, para gestão da **Policlínica Regional Judite Chaves Saraiva**, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE ALTO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 07.891.666/0001-26, com sede na Rua Cel. Simplício Bezerra, nº 198, Centro, Alto Santo-CE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSE JOENI HOLANDA DE ARAÚJO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE – CPSMLN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 13.328.683/0001-52, com sede na Rua Napoleão Nunes Maia, S/N, Bairro José Simões, Limoeiro do Norte-CE, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ANTONIO JOAQUIM GONÇALVES DE OLIVEIRA**, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2026** para gestão da **Policlínica Regional Judite Chaves Saraiva**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Sub-Cláusula Quinta da Cláusula Quarta do Contrato de Rateio nº 02/2026, bem como no art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto Federal nº 6.017/2007 e na Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto **acrescentar ao valor ajustado no CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2026 o montante global de R\$ 58.126,42 (cinquenta e oito mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global de R\$ 58.126,42 será pago em **10 (dez) parcelas mensais e sucessivas**, no valor de R\$ 5.812,64 (cinco mil, oitocentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) cada, com início em março de 2026 e término em dezembro de 2026.

Parágrafo Primeiro – As parcelas deverão ser creditadas até o dia 20 de cada mês, mediante depósito na conta bancária do **CONTRATADO**, podendo ser operacionalizada a retenção junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE), nos termos já autorizados no Contrato de Rateio.

Parágrafo Segundo – Permanecem válidas e ratificadas as autorizações de retenção junto ao ICMS do Município, conforme disposto na Cláusula Quarta e suas sub-cláusulas do Contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

